

Letras da Terra



ANO XVII - Nº 54
MARÇO 2019



AGPTEA
COMPLETA 50 ANOS

Arroz: Manejo correto no campo e saúde para o consumidor

Pág. 06 à 09

Pág.
04 e 05

ESCOLA
Escola Rural de Osório
estimula pesquisa científica

Pág.
10 e 11

SUSTENTABILIDADE
Transparência no direito
ao uso da água

Pág.
15 e 16

ENTREVISTA
Acolhimento da criança no início
do ano letivo com a professora
Simone Valdete dos Santos.

Crédito foto: Fagner Almeida

Selo Agptea 50 anos

Para comemorar seus 50 anos de existência e marcar o início de novas metas no trabalho desenvolvido pela Associação junto aos seus associados e às escolas técnicas agrícolas do Estado, a Agptea conta com um novo selo para integrar a sua imagem visual.

A coruja com a sua asa mostrando um sinal positivo foi escolhida após uma votação entre Diretoria da Associação, Conselho Fiscal, Conselho Consultivo e Assessores.



Porto Alegre vai sediar o Encontro Estadual de Professores

O 34º Encontro Estadual de Professores e 7º Congresso Nacional de Ensino Agrícola já está com sua data definida para 2019.

Será realizado em Porto Alegre (RS), nos dias 4, 5 e 6 de julho e em breve terá a sua programação divulgada.

Durante o evento serão festejados os 50 anos da Agptea.



DIRETORIA AGPTEA

PRESIDENTE

Fritz RoloffVICE-PRESIDENTE
ADMINISTRATIVO**Celito Luiz Lorenzi**VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS
EDUCACIONAIS**Daniilo Oliveira da Souza**VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS
SOCIAIS**Sérgio Luiz Crestani**

TESOUREIRO GERAL

**Carlos Fernando Oliveira
da Silva**

PRIMEIRO TESOUREIRO

Ivanoí da Fontoura Brito

SECRETÁRIO GERAL

Élson Geraldo Sena

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Denise Oliveira da Silva

CONSELHO FISCAL

Mário Ubaldo**Dauri Ferreira Vaghetti
Francisco Rosa Pereira
Neto**

CONSELHO FISCAL / SUPLENTE

Nestor Jorge Ortolan**Meri Terezinha Marmilitz
Getúlio Antunes**PRODUÇÃO DE CONTEÚDO
AGROEFFECTIVE COMUNICAÇÃO E
AGRONEGÓCIO

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS

Rejane Costa

(MTB 00.807/81)

Nestor Típa Júnior

(MTB 9836)

FOTO DE CAPA

Divulgação

DIAGRAMAÇÃO E ARTE

Marca Mídiawww.marcamidia.com.br

IMPRESSÃO

Sônia David**Multicomunicação**

51 99982.7534

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO

4 mil exemplaresAv. Getúlio Vargas, 283
Fone/Fax 51 3225.5748
Menino Deus - 90150-001
Porto Alegre - Rio Grande do Sul
adm@agptea.org.br
www.agptea.org.br

EDITORIAL

As aulas já estão em andamento e mais do que nunca o momento é de rever amigos e também sempre rever conceitos. Nosso papel de professores de várias gerações é o de ensinar e orientar. Para muitos, o retorno às aulas pode ser um momento alegre, mas para outros pode ser de alguma tensão. Por isso a Letras da Terra traz uma entrevista especial sobre o tema com a doutora Simone Valdete dos Santos, professora do Programa de Pós Graduação em Educação da UFRGS, onde acolhimento, respeito e amizade são fundamentais no início de um ano letivo.

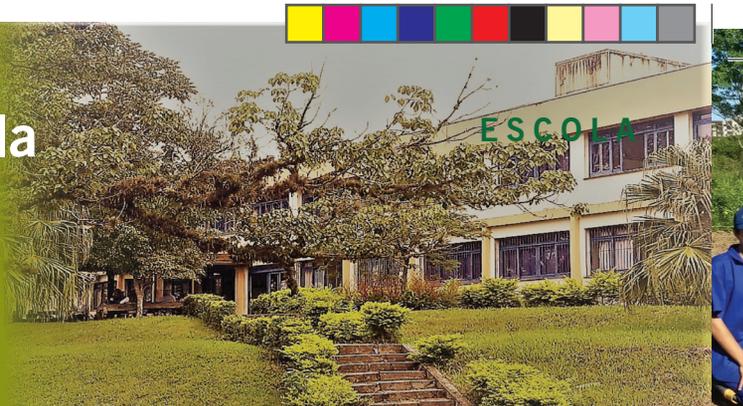
Devemos lembrar também que neste ano de 2019 completamos nossos 50 anos de lutas pela categoria. E neste ano especial, queremos estimular um novo olhar para o ensino agrícola. Nossa entidade alcançou muitas conquistas e novidades no ano que passou e o que vem pela frente é um grande desafio de estimular o empreendedorismo e a pesquisa nas nossas escolas. Para celebrar este momento, lançamos nosso selo comemorativo e queremos marcar novas metas, além de eventos e reuniões que serão especiais ao longo do ano para que possamos aproveitar e discutir o nosso futuro.

Futuro este que estamos de olho. O novo momento do Estado e do país requer muito debate e discussão, além da articulação das entidades em buscar alternativas e soluções para o ensino profissional. Já estamos desde o início de 2019 mantendo contatos com os novos representantes do governo gaúcho, em um trabalho contínuo com as demais organizações parceiras, de forma a valorizar nossa atividade e o ensino dos nossos alunos. E todas estas ações estão contempladas nas próximas páginas.

Amigos, a Letras da Terra vem recheada de informações importantes para nossos professores, colaboradores e estudantes. Uma boa leitura!

Escola Rural de Osório estimula a pesquisa científica

Alunos dos cursos técnicos participam de diversas feiras tecnológicas nacionais e internacionais com projetos desenvolvidos nas salas de aula e em campo



A participação em feiras científicas e tecnológicas com trabalhos desenvolvidos pelos alunos é um dos pontos fortes a ser salientado na história da Escola de Ensino Médio Ildelfonso Simões Lopes Neto - Rural, localizada na Encosta do Morro, em Osório (RS). A escola já esteve na Feira de Tecnologia nos Estados Unidos. É com muito orgulho e emoção que o vice-diretor dos Cursos Técnicos, Carlos A. N. Fontoura, conta todo o envolvimento de professores e estudantes na preparação para os eventos, assim como no dia a dia vivenciado na Escola Rural.

A educação profissional baseia-se no Técnico em Agropecuária com foco em hortigranjeiro e o Técnico em Meio Ambiente com foco em sustentabilidade em ecossistemas de Mata Atlântica, sendo que este técnico se divide em vários ramos, como, por exemplo, técnico em meio ambiente em gestão de resíduos, em gestão de efluentes líquidos. Todos os professores participam de todos os projetos, são orientadores, em diversas áreas, cada um dentro da sua especificidade.

Neste momento, o professor Fontoura está trabalhando com os seus alunos no índice de salinidade das águas das lagoas de Osório interferindo na germinação da cultura da soja que vai entrar nas várzeas do município. Observa, no entanto, que o trabalho de pesquisa científica é feito de uma maneira integrada. Por exemplo, os alunos também recebem orientações dos professores de matemática aplicada do curso técnico, de história, de geografia, os quais ajudam a contextualizar as questões que envolvem o trabalho científico. “Quando vamos participar de uma feira, os alunos já têm uma gama de informações e conseguem conversar com as mais diferentes áreas. Nós

os preparamos para a vida. Eles leem e escrevem muito, por isso conseguem obter as maiores notas de redação no Enem”, ressalta Fontoura.

O vice-diretor explica que são os alunos que escolhem os seus orientadores por área de afinidade, por eixo de pesquisa, por exemplo, sustentabilidade, alimentação saudável, permacultura, que permeiam os dois cursos técnicos. Já a pesquisa sobre plantas medicinais está mais no curso de Meio Ambiente, e sobre grãos, no Técnico em Agropecuária. Fontoura destaca que cada feira tem a sua exigência e os alunos são orientados a cumpri-la. “Cada orientador direciona o seu orientando para o eixo de pesquisa que a feira exige. Também fazemos atendimentos especiais. Por exemplo, após o recreio, entre 10h30min e 12h, os professores ficam nas suas salas de aula, formando bancas de atendimento, e os alunos passam com os seus projetos e têm suas cadernetas de campo rubricadas com orientações, sugestões”, afirma.

Entre os eventos que a Escola Rural de Osório participa, estão a Febrace, que acontece em março, na USP, em São Paulo; a Expo Nacional Milset Brasil que ocorre em maio, em Fortaleza, no Ceará, na qual os alunos irão apresentar dois trabalhos: o hidrogel e o Plasbio que é uma produção de plástico biodegradável com a Palmeira-leque que é uma invasora de mata atlântica; a Feira Brasileira de Iniciação Científica (Febic), que se realiza em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, em setembro; no mesmo mês a escola estará representada na Milset sul-americana em Lima, no Peru, também com o Plasbio no eixo de sustentabilidade, e a Mostra Internacional de Ciência

e Tecnologia (Mostratec), realizada pela Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, no mês de outubro, em Novo Hamburgo (RS), além da Mostra de Ensino, Extensão e Pesquisa (Moesp), do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Osório, que também se realiza em setembro.

A Escola Rural também tem a sua Multifeira, com espaço para as artes, a poesia, a música e a Feira Científica. Fontoura salienta que nestes eventos os pais são convidados a participar e “tudo aquilo que era motivo de angústia, de preocupação e muito trabalho, no final do ano torna-se apazível, com muita felicidade, porque os alunos venceram as dificuldades e percebem que o bom professor é o que cobra dentro da medida de cada um, que contribui para a construção de um tijolinho de cada vez na sua vida”, comemora o professor, dizendo que a partir deste momento eles entram em um outro estágio que é o de trabalhar a emoção, o controle emocional.

Oportunidades de estágios

Fontoura ressalta que os dois cursos técnicos oferecidos pela Escola Rural possuem várias especialidades com objetivo pedagógico final. “O que mais me satisfaz é que os nossos alunos, na sua grande maioria, são estagiários no Campus da Ufrgs na Estação Experimental Agrônômica (EEA), em Eldorado do Sul. Eles vão para lá com a pesquisa já iniciada de campo. No primeiro ano do curso, os alunos aprendem a consultar as fontes e a montar a introdução do trabalho. No segundo ano, eles montam um projeto de pesquisa e aplicam no campo. No terceiro ano, escrevem um artigo sobre a pesquisa e defendem na banca. O professor



tem que preparar o seu aluno para o estágio. É papel da escola auxiliar estes estudantes a vencer suas dificuldades. Esses jovens entre 16 e 17 anos saem da escola já com iniciação científica”, enfatiza.

O vice-diretor exemplifica o aprendizado na escola com o trabalho que dois alunos estão desenvolvendo com microverdes, que são plantas recém germinadas para alimentação, com alta concentração de nutrientes, sem agrotóxico, sob substrato que ao invés de levar 52 dias para produzir um pé de alface, em 15 dias produz microverdes de alface com 49% de maior concentração de nutrientes, com solução nutritiva e não de húmus. Ao serem provocados para pensar em como vão sobreviver disso, afirmaram que em 8m² fazem uma horta usando a inteligência para produzir um alimento com alto valor nutritivo e com valor agregado.

Produção e consumo

A produção de alimentos realizada na escola é consumida pelos alunos internados e o excedente retorna para o economato. Hoje a escola é autossustentável em banana, hortigranjeiro, temperos, hortaliças e ovos. Na parte animal, está sendo montada uma agroindústria que ainda depende da autorização do SIM (Sistema de Inspeção Municipal). “Após esta aprovação, provavelmente não compraremos mais leite”, informa Fontoura.

O vice-diretor lembra, no entanto, que a área (97 hectares) onde está inserida a escola faz parte de 2% de resquícios de mata atlântica do Brasil. “Então a escola tem praticamente 90 hectares de mata atlântica, um limite de produção e está a menos de 10 metros da encosta do morro. Portanto, sobram apenas 6 hectares e trabalhamos com 40 canteiros de experimentação. Por ter pouca unidade de área, não podemos ter uma produção de forma contínua. Então paramos de produzir em dezembro, colocamos culturas recicladoras e no retorno das férias plantamos em cima hortaliças de qualidade orgânica, informa”.

História: Como tudo começou...

A Escola Estadual de Ensino Médio Ildfonso Simões Lopes Neto - Rural teve início em uma Estação Experimental de Cana-de-Açúcar do governo federal em 1952. Uma disputa política na época pelo produto, envolvendo a região Nordeste do país, levou o governo a editar um decreto desativando a Estação. O governo do Estado decidiu utilizar o prédio que ficaria ocioso para a formação de professores para atuar no meio rural. A União então cedeu o local para o Estado iniciar ali a Escola Rural. Coube ao jovem técnico agrícola, de 20 anos, Juraci Jacques Pasquotto, que trabalhava na Estação, transformar o prédio em uma escola com salas de aula, refeitório e alojamento para

alunos internos, assumindo como o primeiro diretor do estabelecimento de ensino.

Conforme a diretora atual, Angelita Rocha, a escola iniciou como um curso Normal Rural, criado pelo governo do Estado, com o objetivo de capacitar os professores leigos que já atuavam no interior gaúcho mas não tinham formação, para trabalharem nas escolas de alfabetização que estavam sendo difundidas por todo o Rio Grande do Sul. Em 1972, teve início o curso de Técnico em Agropecuária e introduzido o Ensino Fundamental.

Angelita conta que em 1996 quando surgem o Ensino Médio e o Ensino Fundamental, como são conhecidos hoje, gradativamente o Fundamental foi sendo absorvido pelo município de Osório e outras escolas da rede estadual, e a Escola Rural ficou com o Ensino Médio e o curso Técnico em Agropecuária. Em 2007 foi aberto o curso de Técnico em Meio Ambiente. “Atualmente temos o turno Diurno, agora integrado ao Ensino Médio, e o turno da noite com o curso Técnico em Meio Ambiente, que é subsequente, ou seja, para quem já tem formação no Ensino Médio”, explica a diretora, informando que hoje a Escola Rural tem 24 turmas com cerca de 740 alunos matriculados.



ARROZ

MANEJO CERTO NO CAMPO, BENEFÍCIO NA CIDADE

Produtores, pesquisadores e nutricionistas vêm trabalhando exaustivamente nas boas práticas da cultura na qual o Rio Grande do Sul responde por 70% da produção brasileira. O incentivo do manejo certo no meio rural vem trazendo benefícios também para o consumidor urbano

Companheiro perfeito do feijão, o arroz está na mesa dos brasileiros como um dos alimentos mais consumidos do país. O Rio Grande do Sul é o maior produtor do grão no país, responsável por 70% da produção nacional. Com esta responsabilidade, os mais diversos representantes da cadeia produtiva estão trabalhando em promover boas práticas de produção de forma a garantir um arroz saudável ao consumidor.

A Embrapa Clima Temperado vem trabalhando na linha da racionalização do uso de agroquímicos dentro do programa de Manejo Integrado de Pragas. Conforme o pesquisador José Francisco Martins, existem outras frentes de pesquisa como o controle biológico de pragas, resistência genética de plantas, a influência das práticas culturais de arroz sobre pragas. “A lavoura de arroz tem um diferencial sobre outras culturas que é a água da irrigação. E essa água de irrigação pode interferir de forma positiva ou negativa para o aparecimento de algumas pragas. Com o manejo da água pode-se reduzir o crescimento inicial de plantas daninhas. Manejando a água se consegue evitar uma das principais pragas da cultura do arroz, que no caso é a bicheira da raiz. Podemos também ter maior ou menor incidência de brusone, que é a principal doença do arroz”, explica.

O pesquisador revela que a entidade está seguindo uma linha de pesquisa de racionalização do uso dos agroquímicos, que se refere a usar a menor quantidade possível na menor



José Francisco Martins
Pesquisador Embrapa

área possível. Segundo Martins, existe hoje um conflito onde partes da cadeia produtiva querem usar a maior quantidade possível desses produtos na maior área possível. “A Embrapa preconiza usar a menor quantidade possível e quando necessário. Isso vai ao encontro da redução dos custos de produção que tanto os produtores desejam, assim como dos impactos ambientais. Um dos fatores que reduz a rentabilidade é o uso excessivo dos agroquímicos,” ressalta.

O especialista salienta que quando se fala em racionalização, se fala em não usar os agroquímicos se não for necessário e sobre qual a melhor época de aplicar este produto. “Existem muitas misturas de produtos na lavoura de arroz, especialmente inseticidas que vão misturados com herbicidas e fungicidas. As aplicações de pulverização na maioria das vezes vão na carona de outros produtos. Com isso, estes inseticidas estão sendo aplicados em épocas erradas, quando já passou o momento de controlar aquele inseto. Às vezes existe excesso de dose. Para que aplicar três vezes, se basta aplicar uma vez para controlar aquela praga.

Se aplicarmos mais vezes sem necessidade estamos aumentando o custo de produção e o risco de contaminação de grãos com estes agrotóxicos”, destaca.

A Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), também vem preconizando as aplicações na época correta de forma a garantir menor custo ao produtor e a entrega de um produto saudável ao consumidor. O presidente da entidade, Henrique Dornelles, reforça que os arrozeiros colhem um produto que é in natura, onde só é retirada a casca antes de chegar ao consumidor. “Nós temos uma responsabilidade ainda maior para que este produto, através da aplicação correta de defensivos, da aplicação das normas dos produtos, das recomendações técnicas e do agrônomo, chegue saudável e livre de qualquer resíduo de agroquímicos à mesa do consumidor”, salienta.

Dornelles lembra que órgãos como o Ministério da Agricultura e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já atestaram que o arroz produzido no Rio Grande do Sul é livre de agroquímicos. O dirigente



Henrique Dornelles
Presidente da Federarroz

CAPA

observa também que as aplicações de forma correta na dosagem e carência também refletem no bolso do produtor. “O nosso setor já enfrenta problemas de rentabilidade, renda, de gerar riquezas, e não podemos aplicar pacotes tecnológicos sem uma análise crítica. Precisamos sim fazer mais agronomia e aplicar corretamente, não somente para disponibilizar um produto saudável, mas também para não jogar dinheiro fora, aumentando os prejuízos dos produtores”, complementa.

Para o consumidor, vantagens com a farinha de arroz

Já nas cidades, instituições vêm desmistificando alguns mitos sobre o arroz. O Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), por exemplo, realiza um programa de valorização do grão, o Provarroz. Conforme a nutricionista da entidade, Carolina Pitta, o objetivo é conscientizar a população informando os benefícios dele para a saúde, falando de cada nutriente que tem dentro do arroz e explicando para as pessoas que existem hoje 5 mil variedades de arroz. “Quando se fala em arroz as pessoas ainda acham que tem só o polido, mas existem o parboilizado e o integral que são encontrados no mercado regional. O integral é rico em fibras e todos os nutrientes, já o parboilizado tem a parboilização que o deixa mais nutritivo e também o amido se torna resistente à digestão semelhante à fibra alimentar, então dá saciedade. Quem consome desta forma ingere menos quantidade e, conseqüentemente, menos quantidade de calorias”, revela.



Carolina Pitta
Nutricionista do IRGA

Carolina explica ainda que se alguém precisa fazer o controle de carboidratos pode usar o arroz parboilizado ou integral. Se a pessoa faz exercício físico e precisa de muita energia para liberação rápida pode fazer uso do arroz polido, que o amido não passou por parboilização e vai liberar mais rápido o amido. “O amido, como carboidrato complexo, tem uma digestão muito lenta, então não podemos fazer a comparação com pães e massas de outras farinhas, que têm uma liberação mais rápida e o índice glicêmico é mais elevado”, coloca.

A nutricionista diz que o arroz é um alimento muito nutritivo, onde são encontrados todos os nutrientes como carboidratos, proteína, lipídios, vitaminas, sais minerais e fibras. Ressalta ainda que o arroz fornece 20% da energia diária e 15% das proteínas per capita. Outro mote da campanha é a valorização da farinha de arroz como alternativa para os intolerantes à glúten.

“A farinha de arroz tem todas as características do cereal, não contém glúten, não causa alergia alimentar e pode ser consumido em qualquer fase da vida. E a farinha de arroz entra como mais uma alternativa na alimentação. Os celíacos, que são pessoas com hipersensibilidade ao glúten fazem do arroz a base da sua alimentação e com a farinha de arroz produzimos qualquer outro alimento como bolos, pães, massas. Qualquer alimento pode ser feito com a farinha de arroz pura e nem precisa ser misturada”, complementa Carolina.

Neste sentido, as associações de arroseiros também vêm trabalhando com o uso da farinha de arroz. Um dos maiores exemplos é da Associação dos Arroseiros de Palmares do Sul, Capivari do Sul, Osório, Cidreira e Balneário Pinhal. A diretora social da entidade, Lívia Carvalho, recorda que a farinha de arroz e os derivados já fazem parte da cesta básica do Estado por meio de lei aprovada na Assembleia Legislativa. Os próximos passos são



Lívia Carvalho

a inclusão também na merenda escolar e nas compras do governo federal. “Esse é um nicho de mercado que queremos trabalhar e iniciamos em uma época que começaram a aparecer nos mercados os produtos sem glúten devido aos problemas alimentares de parte dos brasileiros”, reforça.

Lívia informa que na região os supermercados já contam com produtos à base dos derivados do arroz. Também lembra que a associação está trabalhando fortemente junto às escolas para conscientizar dos benefícios dos produtos à base da farinha de arroz. “Temos que valorizar o produtor, porque o alimento que trazemos desta forma agrega e aproxima. Trabalhamos junto às escolas, levamos os bolos, conversamos com os alunos e isso mostra ao produtor outras realidades”, pondera.

Na última Abertura Oficial da Colheita do Arroz, a associação lançou um livro de receitas de arroz e farinha de arroz, típicas do Litoral Norte Gaúcho. As produtoras criaram em junho de 2015 um grupo chamado Confraria do Arroz, que tem por objetivo trabalhar a valorização do orizicultor assim como sua produção. A publicação conta com 33 receitas de 13 produtoras da confraria e sete convidados. O livro pode ser baixado na internet pelo link <https://goo.gl/uYYbHF>.

Crédito das Fotos: Fagner Almeida/
Federarroz/Divulgação
José Francisco Martins: Embrapa/Divulgação

É TEMPO DE DIVERSIFICAR

Evento realizado em Capão do Leão defendeu a matriz produtiva da diversificação e o fim da monocultura nas lavouras. Produtores e estudantes tiveram a oportunidade de conhecer os manejos na produção, novidades em pesquisa e tecnologia e as boas práticas para a cultura

A Abertura Oficial da Colheita do Arroz, em sua 29ª edição, abordou o tema “Matriz Produtiva: Atividade Diversificada, Renda Ampliada”. O evento, que é organizado pela Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) e foi realizado de 20 a 22 de fevereiro na Estação Experimental Terras Baixas, da Embrapa Clima Temperado, em Capão do Leão (RS), procurou levar aos produtores conhecimento e informações técnicas sobre como a diversificação da lavoura do arroz com outras culturas pode ajudar o produtor rural.

No Fórum Técnico, o painel “O Arroz Irrigado na Metade Sul do Rio Grande do Sul e a Necessidade de Diversificar”, deu início às palestras e teve como moderador o produtor rural Gustavo Lara, que destacou a rotação de cultura para melhorar o

resultado das lavouras. Também ressaltou o Projeto 10+, que foi apresentado por Luciano Carmona, coordenador técnico do projeto. O especialista falou sobre a revolução agrônômica que o projeto representou, aumentando o rendimento, melhorando a produtividade e impactando positivamente na eficiência e eficácia da lavoura.

Na palestra sobre “Prioridades Para Atingir a Estabilidade Produtiva de Soja em Terras Baixas”, o engenheiro agrônomo e pesquisador da Embrapa Clima Temperado, Giovani Theisen, colocou sugestões de manejo na instalação da lavoura. “Os produtores devem ficar atentos quanto à época de semeadura que deve ocorrer entre 21 de outubro e 15 de novembro, à densidade das plantas, que deve ser em torno de 300 mil por hectare. Já em termos de cultivares, pensando em terras baixas, devem ser utilizadas as de ciclo médio”, destacou, lembrando que a drenagem também é importante no período de

inverno e não somente no momento em que a soja está na lavoura.

De acordo com o engenheiro agrônomo da Embrapa Clima Temperado, Jamir Silva, é preciso, cada vez mais, racionalizar os insumos para o aumento da produção e a diminuição dos custos. Silva, que apresentou o painel “Integração Lavoura e Pecuária, Desafio que Já é Realidade”, disse que é preciso trabalhar com efeito de sinergia. Em relação às pastagens, o agrônomo afirmou que o animal, mais do que ser importante, é necessário para recuperar o estoque de carbono. Nesse contexto, avalia Silva, há uma devolução de 70% a 90% dos nutrientes, estimulando a microatividade do solo. O especialista ainda avaliou que um sistema de integração é a oportunidade de aproveitar o sinergismo nas interligações dos componentes na mesma área sendo, portanto, bem mais do que uma integração entre culturas.

O Fórum Técnico se encerrou com o painel “As Forrageiras à Serviço da Sustentabilidade dos Sistemas Produtivos de Arroz”. O engenheiro agrônomo Giovanni Fernandes alertou que no ambiente forrageiro não há uma uniformização da semente. “O produtor usa a mais acessível, a mais barata, não faz investimentos necessários para ter o máximo rendimento”, afirma.

Empresas e instituições apresentaram suas inovações para áreas de arroz, soja, milho e pastagens nas vitrines tecnológicas da Abertura Oficial da Colheita do Arroz. A Embrapa, buscando cumprir o seu papel na difusão de tecnologias e responder às demandas dos produtores na busca de melhorias na produtividade da lavoura, também trouxe novidades



Jamir Silva, engenheiro agrônomo da Embrapa

para apresentar na sua vitrine. Segundo o pesquisador da instituição, Elbio Cardoso, este ano foram mostradas três cultivares de arroz, cada uma com ciclos diferentes. “Para o produtor que realiza semeadura em uma época bastante restrita, esses ciclos diferentes permitem que o orizicultor possa fazer todos os tratamentos culturais nas épocas adequadas”, destaca.

Cardoso acredita que a expectativa da Embrapa nesta edição é que o produtor se torne conhecedor das variedades que estão sendo ofertadas, as características que elas têm e entenda a melhor forma de utilizá-las nas suas respectivas propriedades. “Gostaríamos muito que o produtor tenha consciência da utilização correta dessas informações para um melhor aproveitamento das ferramentas que estamos disponibilizando”, completa.

O coordenador do Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga) na Zona Sul, André Matos, comenta que o órgão trouxe como novidade a cultivar IRGA 431 CL que entrega um ciclo mais precoce que o IRGA 424 para complementar o portfólio de cultivares. “Nosso melhoramento genético vem atender a uma demanda dos produtores com essa cultivar de ciclo mais curto, na plataforma Clearfield, que apresenta alta qualidade de grãos e maior resistência às principais doenças da cultura”, conta. Matos também salienta que na próxima safra será ofertado um volume de sementes que poderá cobrir até 15% da área do Estado, em torno de 150 mil hectares.



José, Luiz e Cecília

Parceria proporciona experiência única para estudantes

Outra novidade da vitrine tecnológica do Irga foi o convite à 12 produtores de diferentes regiões do Estado para levar aos visitantes experiências de sucesso reais de quem vive o dia-a-dia da lavoura. Além disso, a participação de estudantes foi um chamariz no evento. Os guias durante o roteiro das vitrines tecnológicas são os próprios estudantes da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, da Universidade Federal de Pelotas (UfPel), localizada ao lado do evento e que celebrou no último ano seus 135 anos de história.

Segundo o professor da área de sementes do departamento de fitotecnia da faculdade, Luis Eduardo Panozzo, o enfoque em aproximar os alunos com o Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), viabilizou a parceria entre as instituições que resultou em integrar os estudantes de agronomia como parte da organização, como guias dos produtores e visitantes. “Ao total, foram selecionados 29 alunos escolhidos a partir do interesse e indicação”, comenta.

Para Panozzo, esse contato dos alunos com os dois pilares mais importantes da área em formação, o produtor e as empresas do ramo, é muito importante. “Essa oportunidade da Abertura Oficial da Colheita do Arroz ser realizada em casa é fantástica, pois proporciona a eles networking, agregar a teoria à prática para aproximar cada vez mais a realidade da futura profissão, despertando neles possíveis oportunidades de estágios”, salienta. Ele conta que a ideia é fortalecer



ainda mais essa parceria, agregando o grupo de professores de forma coesa e diversificada para que a Faem seja cada vez mais reconhecida.

O aluno do 8º semestre de Agronomia, José Otomar de Souza Aguilhera, relata que fazer parte dessa experiência é muito importante pelo contato com o público e em poder expandir conhecimento técnico. “Poder representar o nome da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel em um evento como este de grande proporção no setor orizícola é uma grande honra”, conta.

Representando as mulheres na área de Agronomia, a aluna do 6º semestre, Cecília Dachery, considera muito edificante essa experiência proporcionada pela parceria das entidades, principalmente por entrar em contato com o funcionamento das lavouras de arroz, soja e milho e aprender de perto sobre forrageiras. “Considero uma experiência diferente, mais humanizada, além de profissional através do contato direto com a realidade dos produtores visitantes”, afirma.

Conforme o coordenador das caravanas no evento, Luiz Antônio Valente, o sucesso desta edição veio pelo trabalho conjunto da Federarroz, Embrapa e Irga em mobilizar não só os produtores, mas também os colaboradores. Cita que diversas associações de arroseiros colocaram até quatro ônibus disponíveis para trazer os produtores ao evento. Além disso, universidades também trouxeram estudantes. “Este é um dos melhores números que tivemos em uma Abertura da Colheita, mesmo com todas as dificuldades que o produtor está passando. Tivemos uma grande resposta da comunidade arroseira em se fazer presente”, destaca, acrescentando que o objetivo é envolver as escolas técnicas agrícolas para o próximo ano.

Crédito das Fotos: Fagner Almeida/Federarroz/Divulgação



ESPECIALISTAS DEFENDEM TRANSPARÊNCIA NO DIREITO AO USO DA ÁGUA

Concessão da outorga visa assegurar controle quantitativo e qualitativo da utilização de recursos hídricos.

A Agência Nacional de Águas (ANA), conforme a lei nº 9.433/1997, é a instituição responsável pela análise técnica para a emissão da outorga de direito de uso da água em corpos hídricos de domínio da União. De acordo com a Constituição Federal, fazem parte deste domínio lagos, rios e quaisquer correntes d'água que passam por mais de um Estado, ou que sirvam de limite com outros países ou unidades da Federação. Em corpos hídricos de domínio dos Estados e do Distrito Federal, a solicitação de outorga deve ser feita junto ao órgão gestor estadual de recursos hídricos. No Rio Grande do Sul, a concessão das outorgas é realizada pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam).

Os engenheiros agrônomos Miguel Torres e Patrícia Torres, representantes do Sindicato Rural de Viamão (SRVA) e da Associação dos Produtores de

Arroz de Viamão (APAVI) no Comitê de Gerenciamento da Bacia do Rio Gravataí, afirmam que a outorga de direito de uso da água tem como objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo desta utilização, bem como o efetivo exercício dos direitos de acesso aos recursos hídricos. “Os direitos de uso da água não se restringem apenas à zona rural, mas também às captações para abastecimentos de cidades, usinas de geração de energia elétrica, irrigação e drenagem”, explicam.

Ambos colocam que tanto pelo Sindicato como pela Associação, a questão é olhada com certa ressalva e também com a devida precaução. Salientam que na atual situação econômica, o cenário futuro não é promissor. “Entendemos que será cobrada uma taxa, que impactará ao final os custos de produção”, alertam os pesquisadores, dizendo que não houve divulgação sobre o assunto nos órgãos de imprensa, e sendo assim pegará de surpresa a classe produtora que depende da água nos seus ciclos produtivos. “Nós,

enquanto representantes, queremos sim melhor transparência nesta questão, pois a água como elemento econômico, precisa de melhor definição do tema. Não se sabe quem poderá estar isento de uso, quais as condições para isto, a quem, quanto e quando será efetivamente cobrado”, enfatizam.

Bacia do Rio Gravataí

A questão da cobrança pelo uso da água no Comitê de Gerenciamento da Bacia do Rio Gravataí pode ser iniciada a qualquer momento, embora não tenha sido submetida à votação por membros do Comitê, como de fato deveria acontecer, a implantação dessas taxas é vista como fato consumado. Esta só não foi implantada em 2018 pelo fato dos engenheiros agrônomos alegarem tratar-se de um novo imposto em ano de eleição, o que tornaria a cobrança ilegal. “Com base no Código Florestal Brasileiro de 2012, foi protocolado mediante ofício questionamento sobre a cobrança de água. Passados mais de 1 ano e meio desses protocolos não houve resposta aos ofícios, que foram desnecessariamente desconsiderados pelo Comitê”, informam Miguel Torres e Patrícia Torres.

O código florestal brasileiro prevê reembolso ao produtor rural pelos serviços ambientais prestados à



comunidade. Conforme os engenheiros, dados oficiais da Embrapa, embasados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação Mundial (FAO), descrevem que 20% do Território Nacional, incluindo matas, arroios, nascentes e outros recursos hídricos, são preservados pelo produtor rural, ao passo que a União através de Parques e Unidades de Conservação, somados a territórios indígenas, quilombos e assentamentos da reforma agrária, preserva apenas 1%. “A exemplo do que acontece em Minas Gerais e outros Estados, o produtor gaúcho deveria ser recompensado por este serviço prestado e, não penalizado, haja visto que as principais fontes de contaminação localizam-se em meio urbano a exemplo de esgoto não tratado e deposição de lixo nos mananciais (arroios, rios e córregos)”, colocam.

Segundo os especialistas, a Secretaria estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura, ao invés de levar esses dados da Embrapa em consideração, quer onerar o produtor com essa cobrança. Dizem ainda, que cumpre lembrar que está previsto que CORSAN, DMAE e indústrias paguem pela captação de água. “O fato é que tal cobrança iria onerar em demasia a sociedade gaúcha com o aumento dos custos de produção, o famoso efeito dominó sobre o aumento nos custos, produtos e serviços”, alertam.

Em 2014, o Comitê de Gerenciamento da Bacia do Rio Gravataí foi o primeiro comitê do Estado a concluir

o seu Plano de Bacia na íntegra, ou seja, as Etapas A (diagnóstico), B (Cenários Futuros) e C (Programa de Ações e Cobrança pelo Uso da Água). Estas definições são fundamentais para o atual estágio de desenvolvimento da Bacia e para o futuro da região, pois estas etapas serão fatores limitantes ou de ampliação dos usos das águas na bacia. As discussões duraram anos, mas a continuidade da mobilização social é necessária para que sejam atingidas as ações definidas e aprovadas no Plano de Bacia do Rio Gravataí. “Porém, o comitê insiste na cobrança de captação da água para arrozeiros (R\$ 80/ha ao ano), bovinos (R\$ 0,10 por cabeça), indústrias, Dmae e Corsan. Hoje o meio urbano paga apenas pelo tratamento e distribuição. Enfim, seria uma calamidade de grandes proporções a impactar a cambaleante economia gaúcha”, justificam os engenheiros agrônomos.

Agenda 2030 da Organização da Nações Unidas

O Brasil tem um compromisso dentro do projeto ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) que faz parte da Agenda 2030 da Organização da Nações Unidas (ONU), de na próxima década garantir água potável e saneamento a todos. De acordo com Miguel e Patrícia Torres, trata-se de um compromisso em longo prazo, que tem como alvo mudanças globais com base nos três pilares: economia, social e ambiental. Desta forma,

objetiva melhorar as condições de vida do ser humano, permitindo o desenvolvimento sustentável com respeito ao meio ambiente natural. Neste paradigma, a garantia de água potável e saneamento para todos é uma meta a ser atingida.

Os especialistas salientam que o Brasil é um país que necessita de implantação prioritária de políticas públicas que agreguem a iniciativa privada com a pública, em total parceria, promovendo a gradual redução de poluição de águas servidas (canalização de esgoto bruto nas regiões Norte-Nordeste e Centro-Oeste) e preservação de fontes naturais (regiões Sul e Sudeste), em prol da saúde pública. “Assim, pelo saneamento básico se tem o alicerce para a implantação de outras 17 linhas de infraestrutura que integram a Agenda 2030”, ressaltam.

Os outros objetivos da Agenda 2030 são: erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, energia limpa e acessível, trabalho decente e crescimento econômico, indústria, inovação e infraestrutura, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, ação contra a mudança global do clima, vida na água, vida terrestre, paz, justiça e instituições eficazes, parcerias e meios de implementação. É uma feira que recebe investimentos do Estado por meio das Coordenadorias Regionais de Educação além da mobilização dos professores, onde muitos precisam andar até cem quilômetros de distância para participar de encontros. É deste trabalho que sai o embrião da ciência.



SISTEMA DE ORDENHA ADEQUADO GARANTE SEGURANÇA ALIMENTAR

Capacitação e ambiente limpo são fundamentais para a qualidade do leite e maior renda ao criador

O presidente da Associação dos Criadores de Gado Holandês do Rio Grande do Sul (Gadolando), Marcos Tang, afirma que a ordenha é sem dúvida o ato mais importante em uma propriedade leiteira, porque nada mais é do que colher os frutos do trabalho realizado, ou seja, é o caixa da atividade. Destaca que é nesse momento que o produtor vai colher o que foi cultivado, vai ter o produto que será entregue para produzir os alimentos e, portanto, garantir a sua remuneração. “Mesmo assim, muitos criadores não dão o devido valor para a ordenha e a deixam em segundo plano, ficando nas mãos de pessoas não bem capacitadas, que não têm o treinamento adequado e o controle emocional para lidar com as vacas nesse momento. E, muitas vezes, falta o elementar capricho”, ressalta.

Tang destaca que uma ordenha bem feita tem o mesmo custo de uma mal realizada. “A ordenha mal feita, é muito cara. Mesmo sem a higiene necessária no tratamento com os animais, o criador vai gastar a mesma luz, o mesmo tempo e a mesma mão de obra se fizer tudo certo”, coloca o dirigente, salientando que ordenha significa um ambiente limpo, calmo e com pessoas capacitadas. “Não pode haver gritos,

maus tratos ao animal. É preciso ver se os tetos estão limpos, fazer a retirada dos três primeiros jatos de leite e desprezar para eliminar algumas impurezas que possam estar junto ao esfíncter. É importante usar para isso um caneco de fundo preto por que se tem algum grumo é fácil de observar. Caso haja grumo, a vaca tem que ser separada e, provavelmente, tratada da mastite”, explica.

O presidente da Gadolando coloca ainda que depois dos primeiros jatos de leite, é preciso fazer o Pré-Dipping, ou seja, mergulhar todo o teto da vaca em soluções antissépticas e deixar agir por pelo menos 30 segundos. Depois deve ser feita a secagem, de preferência com papel toalha, individualmente de cada teto, e colocado o equipamento de ordenha rapidamente sem muito escape do vácuo. Após, retirar o conjunto de ordenha, o que deve ser feito quando houver o mínimo de fluxo de leite saindo evitando assim a sobre ordenha que estraga o esfíncter do animal, e passar o Pós-Dipping, mergulhando os tetos novamente em antissépticos. “Quando a vaca voltar para a pastagem, deve pelo menos ficar 30 minutos de pé, porque pode deitar onde tem uma

sujeira e se estiver ainda com o esfíncter aberto pode entrar uma bactéria causando mastite. A maioria dos criadores usa como estratégia para ter essa vaca de pé, o trato pós ordenha”, salienta.

O dirigente observa que existem debates sobre quando devem ser feitos os Pré e Pós -Dipping. Na maioria das vezes o Pré-Dipping é feito depois da retirada dos jatos de leite e Pós-Dipping quando terminar a ordenha. Tang ressalta que já acompanhou propriedades no Canadá com células somáticas muito boas que fazem a solução Pré-Dipping antes e depois de tirar os jatos para então secar os tetos para a ordenha. “Há um questionamento se quando ao tirar o jato, abrindo o esfíncter, os tetos não deveriam já estar protegidos com a solução antisséptica. No entanto, 90% dos criadores usam o Pré-Dipping depois dos primeiros jatos”, sinaliza.

Segundo o presidente da Gadolando, em primeiro lugar, este é o momento em que a vaca precisa ter um ambiente bem adequado, ou seja, a ordenha é um processo físico, hormonal, em que vai liberar o leite de uma maneira melhor ou pior, conforme as condutas. “A vaca tem que ser adequadamente conduzida ao local da ordenha, precisa ter uma sala de espera apropriada, sem excesso de indivíduos ou excesso térmico, assim como não deve esperar por muito tempo. Quando o animal vai para a sala de ordenha, tem que ter uma velocidade razoável para a retirada do leite. A ordenha deve ser um processo contínuo, não pode ser interrompido”, alerta, colocando que é preciso ter um protocolo adequado para obter um produto de qualidade e garantir segurança no consumo do leite e seus derivados.



Foto JM Alvarenga Divulgação

ESCOLA ESTADUAL TÉCNICA GUARAMANO REALIZA ANUALMENTE DIAS DE CAMPO DAS CULTURAS REGIONAIS

Em janeiro de 2019 foram apresentadas 46 parcelas de híbridos de milho

Todos os anos, tradicionalmente, em parceria com as empresas produtoras de sementes de milho, soja, trigo e outras culturas de inverno, são preparados pela Escola Técnica Guaramano, em Guarani das Missões (RS), campos experimentais, mostrando as suas potencialidades. Em conjunto, professores, alunos e funcionários da escola preparam o espaço destinado como área experimental, lançando as sementes ao solo, mantendo o manejo e cuidados no desenvolvimento das plantas.

No dia 24 de janeiro, ocorreu junto à Granja da Escola, na Linha Seca/ Viola, o Dia de Campo da Cultura do Milho, com a participação de plantadores do cereal, o qual é utilizado como alimento aos animais, principalmente para os criadores de gado de leite. O evento é utilizado como aprendizado aos alunos, os quais monitoram o plantio, o desenvolvimento e a colheita do produto, com levantamentos de produtividades por área.

De acordo com o professor Lauro Luiz Marmilicz, é importante ressaltar que realizar um Dia de Campo é um momento ideal para divulgar resultados e ter novas ideias de como utilizar as novas tecnologias. “É papel da escola auxiliar, ajudar e difundir novas formas de ter mais eficiência na agricultura e de como buscar e utilizar essas novas tecnologias de sementes e insumos para a melhoria da produção”, enfatiza.

Marmilicz lembra que a diretora do educandário, Elenice Maria Domingues Cichocki luhniseki, afirmou em seu discurso durante a abertura do evento que “Um dia de campo é momento de aprendizagem, troca de experiências, de integração e também de novos contatos e parcerias”. A Escola Estadual Técnica Guaramano abriga alunos de mais de 40 municípios da região, assim como de outras regiões do Rio Grande do Sul e de outros Estados brasileiros.



Crédito das Fotos:
Jornal O Comunicador Regional

CURSO SOBRE SISTEMA DE ORDENHAS PROPORCIONA INFORMAÇÃO QUALIFICADA À ESCOLA TÉCNICA DE CARAZINHO

A Escola Técnica Agrícola de Ensino Profissionalizante de Carazinho (EPROCAR) realizou o Curso “Sistemas de Ordenha”, em parceria com a Agptea, e conforme o professor Luis Fernandes Meira, representou um significativo ganho para os alunos em conhecimento, dando aos mesmos a possibilidade de reconstruírem seu aprendizado através da confrontação de informações recebidas em aula e as do curso. “Acredito que desta forma ensino/aprendizagem se complementa com

interações. Os assuntos abordados foram pertinentes e esclarecedores, conteúdo técnico-teórico e prático associado.

A EPROCAR espera que o curso tenha contribuído para o sucesso de cada um e os ajude a produzir transformações positivas na vida dos produtores de leite, aos quais, a partir de agora, irão aportar esses conhecimentos na forma de assistência, orientação, apoio e fomento à qualidade e competitividade na

produção profissional deste produto tão nobre que é o leite.



O MÉDICO VETERINÁRIO E SUA RESPONSABILIDADE E ATUAÇÃO NA PRODUÇÃO, NA TECNOLOGIA E NA PROTEÇÃO DOS ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL

ARTIGO



Andrea Troller Pinto

Médica veterinária, representante do Sindicato dos Médicos Veterinários no Estado do Rio Grande do Sul (Simvet/RS)

panorama, a produção de alimentos tem um importante papel, já que causa impactos nestas três esferas. Na produção animal, com as práticas adequadas que garantam a saúde e o bem-estar dos animais de produção. Do ambiente, já que a produção de alimentos e de animais impacta ao meio ambiente através do uso dos recursos naturais e na destinação dos resíduos da produção. E na saúde humana, já que a adequada criação dos animais e a transformação das matérias primas em alimentos prontos para o consumo garantem a oferta de alimentos livres de contaminantes e patógenos em quantidade capaz de provocar danos à saúde do consumidor.

Entendendo todo o sistema produtivo e de transformação industrial dos alimentos, o médico veterinário é

capaz de entender, como nenhum outro, as interferências e influências de problemas em uma destas três esferas citadas na qualidade dos alimentos. Dentro desta perspectiva, o médico veterinário atua como inspetor sanitário na produção de alimentos de origem animal, seja nas propriedades, seja na indústria de beneficiamento destes alimentos e na vigilância sanitária de alimentos, onde verifica o pleno atendimento das regras sanitárias de oferta de alimentos, desde o armazenamento, manuseio adequado, conservação e origem das matérias primas conforme previsto nas legislações sanitárias.

Além disto, sua formação permite o entendimento das ocorrências de doenças transmitidas por alimentos, atuando na investigação de ocorrências de agravos à saúde, principalmente os associados a sinais digestivos como vômitos e diarreias de origem alimentar. Estas doenças acontecem durante todo o ano, mas se dá muita atenção ao período de verão, em especial quando aumenta muito o movimento de pessoas no litoral. Neste período do ano, muitas ações de fiscalização são realizadas na região, buscando minimizar os riscos de ocorrências de doenças. Entretanto, os órgãos de fiscalização sanitária, onde sempre há, pelo menos um médico veterinário, não conseguem atender todos os estabelecimentos que comercializam alimentos. Por isso, a população tem um papel importante na prevenção destas doenças que podem estragar um veraneio, por exemplo, por conta de hospitalização ou repouso em casa, até quadros mais graves que podem levar a desidratação intensa e mesmo ao óbito.

A medicina veterinária é uma profissão extremamente ampla e o médico veterinário atua na proteção da saúde animal, do ambiente e na saúde humana. Dentro deste

A população deve estar atenta a alguns cuidados:

* Nos estabelecimentos que vendem alimentos como supermercados: prestar atenção ao prazo de validade dos alimentos e a integridade das embalagens, que não devem estar amassadas, rasgadas, enferrujadas ou com sinal de que foram molhadas. Alimentos congelados devem ser vendidos desta maneira e o consumidor deve prestar atenção se não há sinais de descongelamento (partes amolecidas ou sinais de água congelada dentro das embalagens (o que pode indicar recongelamento));

* Nos estabelecimentos de alimentos prontos como restaurantes, bares e outros: prestar atenção nas condições gerais do local, pois geralmente um salão de refeições sujo indica falta de cuidado, também nos locais de produção e armazenagem. Verificar se os alimentos que são servidos quentes estão expostos a temperaturas altas (acima de 60°C) e as saladas e outros alimentos frios estão expostos a temperaturas baixas (em balcão frio, pelo menos). No litoral, há grande quantidade de quiosques na beira da praia e um dos cuidados importantes é verificar se eles estão atendidos por água corrente, onde é possível lavar os alimentos e as mãos do manipulador;

* Para os proprietários dos estabelecimentos que vendem alimentos, muito importante é garantir que a procedência dos alimentos seja de origem conhecida e devidamente legalizada e respeitar os cuidados de higiene na produção e na armazenagem e preparação;

COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS GAÚCHAS FATURAM R\$ 25,4 BILHÕES EM 2018



Segundo a FecoAgro/RS, crescimento foi de 25,25% em relação à 2017 enquanto resultados fecharam em R\$ 638,9 milhões

As cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul devem confirmar um crescimento adicional de 25,25% no seu faturamento em 2018, na comparação com 2017, ultrapassando R\$ 25,4 bilhões de movimento econômico. Os números foram anunciados em fevereiro, pela Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul (FecoAgro/RS).

O índice de crescimento apresentou-se acima da média dos últimos anos em razão das condições de preços da soja, milho e trigo que registraram preços em níveis superiores em relação à 2017. O aumento foi significativo também pela maior comercialização de soja dos estoques repesados da safra de 2017, que teve maior fluidez no ano de 2018. Já as sobras, que consideram as receitas menos as despesas das

cooperativas, devem ser de R\$ 638,9 milhões, margem de 2,51% em relação à soma dos resultados obtidos no ano de 2017. O levantamento levou em consideração as cooperativas associadas à FecoAgro/RS.

Para o presidente da entidade, Paulo Pires, os preços da soja no mercado influenciaram nestes números. “Em 2016 tínhamos um preço médio de R\$ 70,00 no ano e em 2017 este preço passou para R\$ 60,00. Quando baixou este valor, o produtor que tinha outros rendimentos não faturou esta soja, ficando repesado. Em 2018 o preço médio foi a R\$ 72,00 baseado em um dólar de R\$ 4,20 e isto influenciou na formação do preço e o produtor vendeu o produto”, destacou.

Entre os desafios para o ano, a

FecoAgro/RS destaca o crédito rural como importante instrumento para impulsionar o crescimento do setor. Dados organizados pela entidade com base em números do Banco Central, dos R\$ 182,4 bilhões tomados em crédito rural no ano de 2018, R\$ 24,1 bilhões tiveram participação das cooperativas, sendo que 14% dos financiamentos tiveram como principais finalidades custeio, investimento e comercialização, modalidades operadas pelas cooperativas e repassadas aos cooperados.

Além disto, a FecoAgro/RS citou também como desafios para o setor em 2019, a garantia da continuidade dos atuais programas de crédito rural, apoio ao incremento da subvenção aos prêmios do seguro rural, assegurar o volume de recursos e taxas de juros compatíveis com o retorno das atividades, alteração dos percentuais de exigibilidade dos depósitos à vista para 34% e fortalecimento das políticas vinculadas ao cooperativismo no âmbito da agricultura familiar.

Na participação na safra, a FecoAgro/RS estima que no ano que passou as cooperativas agropecuárias gaúchas foram responsáveis por 67% do recebimento do trigo, enquanto na soja o percentual foi de 50%. Já no leite são 45%, enquanto no milho 25% e no arroz 10%. As cooperativas associadas à FecoAgro/RS contam com 198,79 mil associados e 23,56 mil empregados.



Crédito Nestor Tipa Júnior AgroEffective
Divulgação

ACOLHIMENTO, RESPEITO E AMIZADE SÃO FUNDAMENTAIS NO INÍCIO DE UM ANO LETIVO



Nesta edição da revista Letras da Terra a entrevistada é a Doutora Simone Valdete dos Santos, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, que traz um enfoque pedagógico evidenciando a emoção da criança com a escola.

Letras da Terra – Como a senhora avalia o começo ou recomeço de um ano letivo, num mundo cheio de insegurança e de dúvidas em relação ao futuro?

Simone Valdete - A sala de aula é um espaço de socialização, constituinte e constitutivo de relações humanas na sua integralidade com seu amor, raiva, companheirismo/cumplicidade, disputa. Cabe ao professor/à professora, e à gestão da escola, zelar por situações de respeito e de amizade. Nesse sentido, há experiências de acolhimento dos novos estudantes em uma semana anterior ao início do ano letivo, quando os veteranos os recebem e mostram mostrando o espaço físico, a organização do uniforme escolar e realizam atividades de recreação. Também há o envolvimento do Círculo de Pais e mestres ou clube de mães ou outra instituição das famílias das crianças e dos adolescentes, e com estas ações os novos estudantes sentem-se acolhidos, e não há o pânico que assombra sobretudo os adolescentes de serem desconhecidos no primeiro dia de aula.

Quanto a insegurança do mundo e as dúvidas, como sou professora de História sei que isto é da trajetória da humanidade, agora não há menos ou mais segurança do que com a escravidão que ocorreu no Brasil até 1888. Por certo as redes sociais individualizam e expõem demasia-

damente as pessoas, e esta é a grande angústia que na minha opinião precisa de redução de danos com espaço de escuta e diálogo das crianças e dos adolescentes na escola, como os clubes de leitura, de idiomas, campeonatos de vôlei, futebol, atividades de Educação Ambiental, bailes da primavera, formaturas, ou seja, a definição de um conjunto de atividades para fora do espaço da sala de aula. Nas escolas rurais ações que valorizem a agricultura familiar, as sementes crioulas, a agroecologia, os direitos das mulheres, das comunidades quilombolas, das escolas indígenas. A valorização de festas tradicionais religiosas da comunidade, ou seja, a escola precisa ser um espaço encharcado das memórias e das esperanças da comunidade.

LT - Para as crianças, como se pode sentir e trabalhar a emoção neste recomeço e para muitas o início de uma nova etapa em suas vidas? Pais e professores também compartilham desta emoção?

Simone - Lembro como se fosse hoje do meu primeiro dia de aula quando tinha de 6 para 7 anos no antigo pré escolar, adorei as mesas e as cadeiras coloridas, o parque para brincar com balanços, escorregador e adorei o gesto da minha professora quando terminávamos o recreio e ficávamos descansando com as cabeças abaixadas sobre os braços os quais se posicionavam em cima

das mesinhas e a professora fazia cócegas em cada um e em cada uma para acordar, era ótimo ficar esperando aquele toque suave e brincalhão no pescoço dado pela professora. Também era linda a partilha de lanche que ela fazia - todos nós colocávamos nossa merenda sobre a mesa e a professora apresentava os diversos lanches, permitindo a troca com o colega. A professora tinha uma sensibilidade, um cuidado com aquelas crianças que não levavam lanche - ela dava um jeito de alimentá-las.

Os professores, as professoras, precisam ser acolhidos/acolhidas em encontros de formação os quais motivem, tragam energia, pois a nossa profissão depende da fé nas pessoas, ajudando-as a potencializar suas habilidades, desenvolver hábitos de leitura, de pesquisa. Além da boa formação, do estudo e da pesquisa que constituem a nossa profissão, também é necessário o amor pela humanidade, pois ser humano é ser incompleto, mas também é movimento, podemos mudar, superar situações e esta crença precisa estar presente na nossa profissão. A escola, sendo um espaço de socialização, também precisa envolver as famílias das crianças e adolescentes em atividades recreativas, festivas, assim como em palestras sobre situações da economia da região e seus problemas.

LT - Especificamente para os alunos das séries iniciais, como a senhora percebe as expectativas geradas para este aprendizado?

Simone - Para os índios Guarani e, fiquei sabendo há pouco tempo, também para o Espiritismo, a criança até por volta dos 6 anos tem um espaço de comunicação maior com o sagrado que depois pouco a pouco vai sendo perdido. Na obra de Jean Piaget é marcado os 3 anos de idade como o fim de “arquitetura” da maioria das nossas funções cerebrais, ou seja, até os 3 anos formam-se as principais sinapses que vão acompanhar nosso desenvolvimento até a nossa morte. Nesse sentido, a valorização e o cuidado em relação a criança determina um adolescente, um jovem, um adulto, um velho inteligente e produtivo e, cada um, cada uma, com suas crenças e visões de mundo, determina também uma relação plena da nossa espiritualidade.

Para isso, valorizar o brincar, porque no brincar se aprende, temos na UFRGS o Programa Quem Quer Brincar, sendo o mais antigo em funcionamento na Faculdade de Educação e com sua produção e militância junto de muitos pesquisadores e pesquisadoras no país, determinou que funcione Brinquedotecas junto dos cursos de Pedagogia para que os profissionais da Educação Infantil e dos Anos Iniciais aprendam a ensinar a leitura e a escrita, as operações matemáticas, a iniciação à ciência com atividades lúdicas, com experimentos.

LT - Este recomeço é o momento de corrigir o que talvez não tenha dado certo? Se é o momento de buscar avançar com o projeto educativo que seja construído por todo o ambiente escolar, como os alunos poderão se ver como protagonistas deste processo?

Simone - Espaços que as crianças, os adolescentes e os jovens são ouvidos surpreendem por suas propostas inovadoras. No município

de Lajeado acompanhei a construção do Plano Municipal de Educação o qual fez debate com toda a comunidade escolar - professores e professoras, familiares e estudantes. Em várias escolas de Educação Infantil e anos iniciais a demanda dos estudantes foi por jardins na escola, ou seja, as crianças querem uma escola com jardim, talvez esta proposta nunca fosse elaborada por professores e familiares.

No espaço de convivência da escola é preciso estabelecer momentos de diálogo com as crianças, os adolescentes, os jovens, os adultos e os idosos da Educação de Jovens e Adultos. Pode ser no fechamento do bimestre de avaliação, em que tenham momentos de fala sobre o que gostam na escola, sobre o que querem que melhore, e que a equipe gestora da escola elabore um plano de ação considerando estas sugestões, atuando para possibilidades de execução destas ações, envolvendo a comunidade com conselhos de participação, como é o Conselho Escolar, comemorando e analisando os limites de execução das propostas.

LT - Como a senhora vê o atual momento da educação voltada ao campo?

Simone - Visitei uma escola na semana do dia do trabalhador (1º de maio) e estavam coladas no corredor da entrada da escola desenhos das crianças do primeiro ano com o título: que trabalhador quero ser e havia desenhos de pedreiro, lixeiro, dona de casa - era uma escola de uma periferia urbana e a coordenadora pedagógica vendo meu interesse pelos desenhos falou - “Coitada das crianças, veja o que eles querem ser?”, e eu respondi: Elas querem ser os ofícios que lhes proporcionam comida em casa, se orgulham deste ofício que deveria ser melhor remunerado, terrível a escola retirar este orgulho dos estudantes. Então? A escola quer formar trabalhadores da classe média: engenheiros, juizes, médicos,

e quem vai construir as casas? As estradas? Quem vai fazer o curativo? Quem vai garantir o alimento nas nossas mesas. Cabe à escola romper com o discurso capitalista que lhe constituiu na modernidade.

LT - As escolas do campo sofreram ao longo da história preconceitos de educação inferior, com menos acesso às tecnologias. Como romper esses paradigmas?

Simone - É preciso valorizar a tecnologia que a comunidade tem acesso: como o fogão a lenha, a energia elétrica - cujo acesso é nacional desde o programa Luz para todos do Governo Lula; reconhecer o potencial ou carência hídrica da região e estimular a construção de cisternas nas escolas. Também é preciso valorizar a energia solar, reconhecer as sementes crioulas e seu manejo, valorizar a horta escolar como um laboratório de aprendizagem, além de ter rotinas de acesso à biblioteca com hora de leitura todos os dias. É importante promover feiras de conhecimento, nas quais os estudantes apresentem suas pesquisas acessando o método científico e às inscreva em feiras regionais, nacionais e internacionais. Utilizar as redes sociais para a aprendizagem, sendo colocados textos, imagens, pequenos vídeos promotores de aprendizagem. As tecnologias desde a roda, o arado, são fundamentais para a melhoria da condição de vida da humanidade, mas de forma alguma elas superam a condição humana, na medida em que foram desenvolvidas pela inteligência humana. Para a escola rural, assim como para as dos centros urbanos e as indígenas, o mais importante é que o estudante se sinta bem, considere este como um espaço seu, se veja nas atividades da escola. “Sejam nossas escolas, em nossas comunidades rurais, responsáveis pelo nosso sustento e de nossas famílias, o local mais lindo do mundo, porque é onde nós estamos!”



AGPTEA COMEMORA 50 ANOS EM 2019 COM UM NOVO OLHAR PARA O ENSINO AGRÍCOLA

Entidade alcançou muitas conquistas em 2018 e projeta metas desafiadoras visando a inclusão do empreendedorismo e da pesquisa nos currículos escolares

A Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola (Agptea) registrou muitas conquistas em 2018 e para este ano planeja estratégias que levem a um novo olhar ao ensino técnico agrícola e ao trabalho desenvolvido no meio rural. O presidente da entidade, Fritz Roloff, destaca que as atividades desenvolvidas ao longo do ano passado tiveram o foco voltado às questões pedagógicas de apoio às escolas, visando a possibilidade de reexaminar o perfil do técnico agrícola. Salienta que o objetivo é ter um formando com uma visão holística que possa realmente transformar situações no campo.

Roloff afirma que a escola agrícola é, com certeza, o viés mais importante para que haja uma orientação qualificada junto aos produtores. Diante disso, ressalta que a meta é contribuir com as escolas para que mais jovens possam empreender suas ações no campo e permanecer na propriedade dos seus pais. “A sucessão rural está cada vez mais difícil porque um conjunto de condições necessárias não se encontram no campo e a escola pode abrir portas para que o aluno ache novas oportunidades e tenha uma visão mais ampliada do agronegócio, seja para o grande, médio ou pequeno produtor”, comenta.

O presidente da Agptea explica que é importante revisar os currículos escolares e inserir o empreendedorismo e a pesquisa. “Hoje, com a internet, a informação está disponível muito mais fácil. No entanto, para formar um cidadão com atitude, com o verdadeiro sentimento de querer avançar, é preciso vivência, depoimento. Isto é, realmente, o fazer diferente na ação pedagógica”, coloca.

Prêmio Folha Verde

Roloff também destaca as conquistas alcançadas pela Agptea em 2018, como o Prêmio Folha Verde, o qual foi entregue pela Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Estado. Segundo o dirigente, ser agraciada com este troféu é talvez o maior reconhecimento que a entidade já teve, onde entre muitas outras entidades a Agptea foi escolhida para representar o segmento agricultura no Rio Grande do Sul. “Esse prêmio nos honra muito e nos compromete cada vez mais a ir em busca de novas alternativas, metas e compromissos. Nós escolhemos como principal tarefa defender ações pedagógicas voltadas para a qualidade de vida, ou seja, que possamos realmente encontrar situações para que a vida no planeta se sustente melhor. Não podemos ignorar que hoje muitas populações não têm mais acesso à água potável e a poluição nas grandes cidades torna difícil até respirar. Então, isso também faz parte do estudo, da pesquisa, e as escolas, as universidades, têm papel fundamental, e a Agptea também pode contribuir”, salienta.

Desafios para 2019

Para este ano, a entidade quer fortalecer ações voltadas à vida no planeta, destaca Roloff, afirmando que é preciso primeiro mudar a

lógica do lucro pelo lucro, para depois pensar em desenvolvimento sustentável. “Muitas famílias hoje já não têm mais condições de se manter no campo. Nós temos plena convicção de que o ensino agrícola do nosso Estado tem muito para contribuir nesse contexto. As escolas querem participar e nós enquanto associação queremos validar cada vez mais o trabalho realizado pelas secretarias de Estado, Emater e outras organizações, no sentido de somar esforços. Acreditamos que unidos podemos contribuir cada vez mais para a melhoria da qualidade de vida”, enfatiza.

Roloff coloca que a Agptea além de ser uma entidade que congrega professores, também quer contribuir para a formação integral do ser humano. “Não somos uma escola, queremos ser um agente capacitador, que possa contribuir com a formação. E dentro desta ótica, temos muitos desafios. Queremos abranger cada vez mais estratégias novas para incluir pessoas e levar novas mensagens e ações, concretas mostrando que a vida no campo vale a pena, que é bom ser agricultor, basta que se enxergue diferente o agronegócio. Muitas vezes se pensa que na pequena propriedade está tudo inviável, mas não se percebe a preciosidade que se tem. Talvez com um novo olhar, isto ainda seja possível”, conclui.



ENTIDADES LEVAM AO NOVO GOVERNO DO ESTADO PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO TÉCNICA

Grupo de trabalho deverá encaminhar projetos para a Secretaria da Educação visando fortalecer o ensino agrícola

As entidades que representam as escolas agrícolas do Rio Grande do Sul foram recebidas em audiência, no mês de fevereiro, pelo secretário estadual da Educação, Faisal Karan.

O objetivo foi discutir um plano de fortalecimento das escolas de ensino agrícola do Estado. Na oportunidade, a Associação Gaúcha dos Professores Técnicos de Ensino Agrícola (Agptea) entregou em conjunto com o Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul (Sintargs) e o Conselho dos Diretores das Escolas Agrícolas Estaduais, um documento com propostas para a educação técnica no campo. As entidades se colocaram à disposição para a discussão de um planejamento para o setor que engloba 26 escolas e quase 5 mil alunos. Um grupo de trabalho deverá encaminhar projetos para a Secretaria da Educação.

Uma das maiores preocupações das entidades se refere ao futuro da Superintendência da Educação Profissional (Suepro). No documento, alegam que o órgão foi importante para o desenvolvimento de políticas para as escolas agrícolas. O secretário Faisal Karan garantiu que reformulações devem ser feitas, mas que o tema não perderá protagonismo nesta gestão. “O governo está pen-

sando na reestruturação da educação profissional, que é o direito de cada governo quando entra fazer a sua proposta”, destacou o secretário.

As entidades solicitaram que não seja feita nenhuma alteração enquanto não houver uma ampla discussão com as bases. “Pedimos ao secretário para que não encaminhe nenhum projeto de alteração de lei enquanto que esta nova proposta não seja discutida e consolidada a quem de fato interessa. Essa garantia nós recebemos”, observa Roloff.

Participaram do encontro o presidente da Agptea, Fritz Roloff, o deputado estadual Ernani Polo (Progressistas), que articulou a agenda, o presidente do Conselho de Diretores das Escolas Agrícolas Estaduais, Luiz Carlos Cosman, e o diretor de Comunicação do Sintargs, Dirceu José Boniatti.

O Conselho de Diretores das Escolas Técnicas Agrícolas Estaduais se reuniu no dia 7 de março na sede da Agptea, em Porto Alegre (RS), para debater temas importantes para a educação profissional no Estado. O presidente do Conselho, Luiz Carlos Cosman, destacou a audiência realizada com o secretário estadual da Educação, Faisal Karan, e a possível extinção da Superintendência da Educação Profissional (Suepro).

De acordo com Cosman, uma das preocupações se refere à utilização dos R\$ 30 milhões previstos para as escolas agrícolas por emenda parlamentar federal. “Caso ocorra o fim da Suepro, fica a pergunta sobre quem ficará responsável pela orientação dos projetos necessários para a liberação dos recursos”, alerta.

O Conselho de Diretores junto com a Agptea elaborou um novo documento com contribuições e sugestões para o planejamento de ações integradas para o fortalecimento da educação profissional a ser entregue em uma nova audiência com o secretário Karan. Entre elas estão a necessidade de clareza na proposta do governo ao ensino profissional no Estado e a preocupação com a nova formatação da educação profissional no Estado com a possível dissolução da Suepro.



Agenda intensa no primeiro semestre

A Agptea continuará o seu roteiro de visitas às escolas para o desenvolvimento de ações de apoio no processo pedagógico, especialmente neste primeiro semestre no Alto Uruguai, Serra e Campos de Cima da Serra. Palestras também ocorrerão em datas a definir em Uruguaiana e Fontoura Xavier.

Expoleite/Fenasul

A entidade programa sua participação na Expoleite Fenasul, que ocorre de 15 a 19 de maio no Parque de

Exposições Assis Brasil, em Esteio (RS). A programação para o evento vai ser definida nos próximos dias pela diretoria, mas o indicativo da programação será de seminários e discussões para questões técnicas relacionadas à produção de leite e também em relação ao tema da apicultura no Rio Grande do Sul.

Parceria busca cursos de gestão cooperativa nas escolas agrícolas

O presidente da Agptea, Fritz Roloff, participou em primeiro de fevereiro de reunião com o presidente da Ocergs/Sescoop/RS, Vergílio Perius, e equipe,

com vistas a uma parceria de oferta de cursos de gestão cooperativa nas escolas agrícolas do Rio Grande do Sul. O novo convênio trará muito mais qualidade em sua proposta, pois seguirá a metodologia e a legislação em vigor, afirma Roloff.





Fritz Roloff
Presidente da Associação
Gaúcha dos Professores Técnicos
de Ensino Agrícola (Agptea)

DESAFIOS PARA UM ENSINO AGRÍCOLA DE QUALIDADE

a exportação de commodities. Este modelo corresponde a produtos de qualidade e características uniformes, que não são diferenciados de acordo com quem os produziu ou de sua origem, sendo seu preço uniformemente determinado pela oferta e procura internacional. Nesta lógica, a população do campo foi atraída para as cidades, fazendo com que o capital pudesse se apossar da terra e dar a ela um uso capitalista, ou seja, um uso moderno, racional.

Para este modelo é urgente que haja um incremento tecnológico para os pequenos e médios produtores para que não ocorra uma migração do resto da população rural para as cidades. As consequências disso já sabemos, pois só contribui para aumentar ainda mais o número de desempregados e favelados que hoje vivem nas periferias das cidades. No meio rural, aumentou o número de bóias-frias, considerados uma mão-de-obra que o modelo não conseguiu mecanizar.

Nessa direção, umas das grandes saídas é o investimento no ensino agrícola, nas escolas do campo, para que se possa fazer uma releitura da questão agrária, uma vez que se torna necessária a construção e a apropriação de saberes que ultrapassam o aprendido por tradição.

A construção de novos valores, novas formas de pensar e atuar no meio rural, com incorporação de recursos tecnológicos modernos, como micro tratores, implementos agrícolas adequados ao tamanho da propriedade, programas de gestão, boa internet e acesso à formação continuada e assistência técnica, poderão em curto espaço de tempo reverter este fluxo migratório, pois desta forma a vida dos agricultores se transformará e estes passarão a reinterpretar suas práticas do cotidiano, seja como geradores de renda ou na sua organização como grupo social. Além de produzirem alimentos saudáveis, o que já é um grande diferencial na relação oferta e procura, também conseguirão um melhor aproveitamento de produção com planejamento, integrando e consorciando animais e rotação de culturas. A metodologia empregada no processo produtivo interfere diretamente na qualidade do produto final. Quando houver orientação correta dos técnicos agrícolas e for empregada a cultura de preservação e biodiversidade, a tendência é garantir a sustentabilidade no campo, satisfação dos consumidores e respeito à terra.

“A escola profissional não deve se tornar uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos num ofício, sem ideias gerais, sem

A definição de prioridades de gestão e do desenvolvimento está intimamente ligada ao surgimento de novas demandas no meio rural, onde, na maioria das vezes, o poder público se faz totalmente ausente. Enquanto presidente de uma entidade que trata diretamente de ações de apoio aos programas de educação formal e não formal, verifico cada vez mais a ausência do Estado nas comunidades que ainda resistem ao êxodo rural. Justamente onde deveria haver apoio à educação rural, à agricultura e à aquisição de novas tecnologias, os futuros gestores que são os herdeiros e ou empreendedores para a sucessão rural, se veem geralmente desamparados.

Muitos são os fatores que contribuem para este distanciamento entre a necessidade e a oferta de ações que viabilizem a atividade rural, principalmente na agricultura de economia familiar. Ao longo dos anos, o já pouco investimento público foi direcionado para o modelo liberal de economia, com vistas para



ARTIGO

cultura, sem alma, mas apenas com olhos infalíveis e uma mão firme... É também através da cultura profissional que se pode fazer com que do mundo brote o homem, desde que essa seja uma cultura educativa e não apenas informativa". (GRAMSCI, A., In: Manacorda, 1990)

Cabe aí mais ainda a necessidade de formar educadores/as e profissionais com sólida formação, com conhecimento da dinâmica da sociedade e da educação, dos sistemas de ensino e da escola enquanto realidade concreta de um contexto histórico-social, capaz de enfrentar problemas referentes à prática educativa em suas diferentes modalidades, que consiga investigar e produzir conhecimentos sobre a natureza e as finalidades da educação do campo, bem como sobre os meios apropriados de formação humana.

São muitas as transformações econômico-sociais recentes ocorridas no contexto da reestruturação produtiva, principalmente as novas formas de gestão e organização do trabalho. Temos este novo ciclo tecnológico, onde a geração de renda passa por um profundo reaprender das práticas conduzidas a partir das gerações mais velhas. São novos conceitos de qualidade dos produtos, conceitos de higiene e agroindustrialização mais controlados que exigem uma constante atualização dos agricultores.

Nesse contexto, diante de uma maior complexidade do trabalho e da exigência de trabalhadores com maior conhecimento científico e técnico, exigem-se profissionais com uma visão holística dos agricultores e dos técnicos para o funcionamento adequado das empresas industriais e prestadoras de serviços, tornando-as mais competitivas, com crescente ganho de produtividade. Por isso é tão importante formar professores, mestres e doutores de alta qualidade para liderar as pesquisas de ponta, como ampliar o número de laboratórios de pesquisas nas mais diversas áreas. Desta forma teremos profissionais altamente qualificados, capazes de traduzir as descobertas científicas em novos produtos e processos.

Infelizmente novos governos vêm e vão sem deixar legados na área da pesquisa e da inovação. No Rio Grande do Sul se viu ultimamente um desserviço em relação à pesquisa como princípio pedagógico essencial, para o desenvolvimento social e econômico. A extinção das fundações, como a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro) e a Fundação Zoobotânica são o maior exemplo disso. Esta falta de compromisso ético em relação ao desenvolvimento de competências profissionais despreza o mundo do trabalho e destrói a concepção do trabalho como princípio educativo que é a base para a organização e desenvolvimento das competências e saberes técnicos inerentes ao

conhecimento tecnológico e ao cultivo dos valores da cultura, do trabalho e dos saberes científicos e tecnológicos.

Tenho convicção que somente investindo forte na educação profissional poderemos ter uma assistência ao homem rural com profissionais que apresentem uma postura coerente entre o discurso e a prática. Isto implica em compreender as contradições sociais, políticas e econômicas e apontar caminhos para a construção de uma prática comprometida técnica e politicamente. Técnicos agrícolas devem saber diferenciar, em nível teórico e prático, as concepções que orientam a prática e qualquer ação que se pretenda transformadora da realidade.

Colocar-se a serviço da construção do perfil profissional proposto implica numa ação consciente e comprometida, por parte dos professores e da universidade como um todo. É preciso proporcionar diferentes oportunidades para instrumentalização com domínio teórico do conhecimento da área agrícola e de habilidades e técnicas pedagógicas, constituindo-se no suporte básico da sua atividade, pois é justamente com esta visão integrada que formaremos pessoas capazes de fazer frente ao processo de esvaziamento do mundo rural e que sejam capazes de incorporar os saberes históricos e populares no conhecimento que a pós modernidade nos exige.





A EDUCAÇÃO ESCOLAR ARTICULADA ÀS COMUNIDADES



Andréia Machado

Professora da Escola Técnica Estadual Achilino de Santis, de Santo Antônio das Missões (RS) e integrante do Conselho Consultivo da Agptea

O conhecimento, os valores e as competências se aprendem no intercâmbio humano, na comunicação, no diálogo, na interação entre os todos. A escola é uma comunidade de aprendizes que se apóiam uns aos outros com o professor como mediador, onde cada um tem seu insubstituível papel de sujeitos nos processos de aprendizagem. As novas tecnologias poderão transmitir competências e informações com maior rapidez e eficiências que o professor, porém não darão conta do papel socializador da escola, do encontro de gerações, do aprendizado que se dá no convívio direto das pessoas.

É possível fazer uma análise da educação que já não a considera patrimônio exclusivo dos docentes e sim de toda a comunidade e dos meios de que esta dispõe, estabelecendo novos modelos relacionais e participativos na prática da educação e tudo isso se torna inesquecível, as novas funções do professor, uma nova cultura profissional e uma mudança nos posicionamentos de todos os que trabalham na educação e, uma maior participação do docente.

É preciso desenvolver novas práticas alternativas baseadas na verdadeira autonomia como os mecanismos de participação democrática da profissão que permitam vislumbrar novas formas de entender a profissão, revelar o currículo oculto das estruturas educativas e descobrir outras maneiras de ver a profissão docente, o conhecimento profissional necessário, a escola e sua organização educativa. Exigir a qualidade da formação e do ensino é uma questão ética e de responsabilidade social.

A educação escolar articulada à comunidade tem uma dupla dimensão: a comunidade como agente educador e, ao mesmo tempo, como sujeito coletivo que se educa, tal orientação implica em uma ação socioeducativa em rede, que possibilite às pessoas, entidades,

instituições atuarem como corresponsáveis nos processos educativos. Entender a educação escolar inserida nesta rede social e educativa implica no reconhecimento de que a educação dos indivíduos não se dá apenas nas salas de aula, mas em todos os contextos dos quais participam.

A escola pode converter-se em uma instituição que reúne e difunde os esforços de distintas instâncias da comunidade visando a melhora e a transformação social. Esta transformação implica de um lado na possibilidade de participação democrática efetiva de demais agentes escolares e extraescolares na discussão e na busca do enfrentamento onde seja possível trazer para dentro das salas de aula temas e discussões, através de projetos, vinculados à realidade e aos problemas da comunidade.

Por fim é a escola articulada à comunidade, não concebida apenas como uma instituição meramente transmissora de conhecimentos, mas sim como um local onde se trabalham afetos, valores, normas, modelos culturais e onde se criam laços de coesão social e sendo o professor o articulador, o motivador e o designer do conhecimento.



COOPERATIVA DOS PROFESSORES DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE



PARTICIPE
26/04/19 Sexta-feira

Na Sede da Cooperativa
Av. Getúlio Vargas, 283
Menino Deus - Porto Alegre

1ª Chamada - 16:00 hs
2ª Chamada - 17:00 hs
3ª Chamada - 18:00 hs

✓ **Definição de sobras**
✓ **Coquetel**
✓ **Sorteio de Brindes**

Confira a partir do dia 16/04 nosso edital da assembleia em nosso site e no Jornal do Comércio, com a pauta da AGO (Assembleia Geral Ordinária). Contamos com a participação dos associados.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
		EM R\$	EM R\$			EM R\$	EM R\$
CIRCULANTE		2.045.447,28	1.208.159,71	CIRCULANTE		792.125,08	319.816,49
DISPONIBILIDADES		9.439,71	9.848,62	OUTRAS OBRIGAÇÕES	9	792.125,08	319.816,49
APLIC. INTERFINANCEIRAS LIQUIDEZ		1.670.970,23	-	Sociais e Estatutárias		679.830,46	254.926,58
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4	-	884.118,98	Fiscais e Previdenciárias		80.838,67	41.046,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		303.343,98	247.027,84	Despesas de Pessoal		16.484,48	14.745,59
Empréstimos		344.136,40	279.750,14	Fornecedores		14.971,47	7.473,40
(-) RAA		(16.137,86)	(6.296,98)	Credores Diversos		-	1.624,40
(-) Provisão de Crédito		(24.654,56)	(26.425,32)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.394.184,49	974.608,57
OUTROS CRÉDITOS		60.105,61	67.164,27	Capital Social	10	1.241.599,70	904.271,49
Adiantamento a fornecedores		1.371,00	-	Reservas		55.775,38	14.386,04
Empresa Desconto Folha	6	58.102,36	59.104,05	Sobras à Disposição da AGO		96.809,41	55.951,04
Devedores Diversos		632,25	8.060,22				
OUTROS VALORES E BENS		1.587,75	0				
Outros		1.587,75	-				
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		119.509,20	63.365,53				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		119.509,20	63.365,53				
Empréstimos		128.731,78	69.442,11				
(-) Provisão de Crédito		(9.222,58)	(6.076,58)				
PERMANENTE	8	21.353,09	22.899,82				
IMOBILIZADO DE USO		21.353,09	20.676,88				
Instalações		820,00	-				
Móveis e Equipamentos de Uso		8.882,00	5.539,00				
Sistema de Processamento de Dados		25.400,46	27.262,09				
(-) Depreciações Acumuladas		(13.749,37)	(12.124,21)				
INTANGÍVEL		-	2.222,94				
Ativos Intangíveis		5.335,00	5.335,00				
(-) Amortização Acumuladas		(5.335,00)	(3.112,06)				
TOTAL DO ATIVO		2.186.309,57	1.294.425,06	TOTAL DO PASSIVO		2.186.309,57	1.294.425,06



Professor ou Funcionário
Público do Estado

propale.com

QUER COLOCAR A VIDA EM ORDEM EM 2019 OU RESOLVER ALGUMA PENDÊNCIA QUE FICOU PARA TRÁS?

A **FACTA** tem
o que você
precisa!

- > Dinheiro na mão até no mesmo dia;
- > Sem consulta restritivo;
- > Amplo limite de crédito;
- > Portamos e refinanciamos sua dívida de outros bancos, com redução de juros;
- > Liberação na conta de sua preferência.



Saiba mais sobre essas e outras
vantagens que só a **FACTA** oferece!

Ligue **0800-602-1818**
ou acesse www.FACTA.com.br

facta
empréstimo rápido e fácil